

CAPÍTULO 9

VALORES E CONTEÚDOS PREVISTOS NO CURRÍCULO MOÇAMBICANO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE IMPLEMENTAÇÃO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.368172509069>

Data de aceite: 26/06/2025

Gloria Saide

Mestrado em Gestão e Administração Educacional (711240043)

Maria da Paz Azizi Zimbi

Mestrado em Gestão e Administração Educacional (711240177)

Roselda Severino Ofício

Mestrado em Gestão e Administração Educacional (711240023)

Rosita Inácio Vida

Mestrado em Gestão e Administração Educacional (711240092)

Zeca João

Mestrado em Gestão e Administração Educacional (711240249)

dificuldades estruturais e socioculturais que afetam sua implementação. Através de revisão documental e análise teórica, são discutidos os principais obstáculos enfrentados nas escolas, com ênfase na desigualdade de acesso, falta de capacitação docente e resistência cultural. O estudo também destaca experiências positivas de envolvimento comunitário e propõe caminhos para uma efetiva integração dos valores educacionais no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE:

Curriculum

moçambicano; valores educacionais; inclusão; cidadania; formação docente.

VALUES AND CONTENTS ENVISAGED IN THE MOZAMBICAN CURRICULUM: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR IMPLEMENTATION

ABSTRACT: Education in Mozambique is recognized as a fundamental right and a key instrument for human and social development. This article critically analyzes the values and content outlined in the national curriculum guidelines, in light of the structural and socio-cultural challenges that hinder their implementation.

RESUMO: A educação em Moçambique é reconhecida como direito fundamental e instrumento para o desenvolvimento humano e social. Este artigo analisa criticamente os valores e conteúdos previstos nas diretrizes curriculares nacionais, à luz das

Through document review and theoretical analysis, the main obstacles faced by schools are discussed, with emphasis on unequal access, lack of teacher training, and cultural resistance. The study also highlights positive experiences of community involvement and proposes pathways for the effective integration of educational values into everyday school life.

KEYWORDS: Mozambican curriculum; educational values; inclusion; citizenship; teacher training.

INTRODUÇÃO

A educação é amplamente reconhecida como um direito humano fundamental e um instrumento essencial para o progresso social e econômico. Em Moçambique, a Constituição da República consagra esse direito, estabelecendo que todos os cidadãos devem ter acesso a uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva. Desde a independência, em 1975, o país tem implementado uma série de reformas estruturais com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino e elevar o nível de alfabetização e qualificação da população. Estas reformas têm sido acompanhadas por políticas públicas voltadas para a ampliação da rede escolar, a formação de professores e a revisão dos currículos escolares.

No entanto, apesar dos avanços alcançados, o sistema educacional moçambicano ainda enfrenta desafios significativos que comprometem a efetividade das políticas implementadas. Persistem desigualdades acentuadas entre as zonas urbanas e rurais, altos índices de abandono escolar, carência de recursos materiais e humanos, e uma fragilidade na gestão educacional. Um dos pontos mais sensíveis nesta equação é a dificuldade em traduzir, na prática escolar cotidiana, os valores propostos pelas diretrizes curriculares nacionais.

Estes valores — como a cidadania, os direitos humanos, a equidade de gênero, o respeito pela diversidade cultural e a sustentabilidade — estão claramente expressos nos documentos curriculares oficiais. Eles constituem o núcleo ético e formativo da proposta educacional moçambicana e refletem a aspiração por uma escola que forme sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com o bem comum. No entanto, a distância entre a teoria expressa nos documentos e a realidade das salas de aula revela uma lacuna preocupante, que impede a concretização de uma educação verdadeiramente transformadora.

Neste contexto, o presente artigo propõe-se a analisar os valores e conteúdos previstos nas diretrizes curriculares moçambicanas, bem como os principais desafios enfrentados na sua implementação nas escolas. Pretende-se, ainda, identificar boas práticas e estratégias viáveis que possam contribuir para a concretização de uma educação mais inclusiva, equitativa e comprometida com os princípios constitucionais e os objetivos do desenvolvimento sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A concepção contemporânea de educação transcende a mera transmissão de conteúdos e informações. A partir de autores como Paulo Freire (1996), entende-se que a educação deve ser um processo libertador, que promove o pensamento crítico e capacita os indivíduos a transformar sua realidade social. Nesse sentido, o currículo escolar torna-se um instrumento estratégico para fomentar uma consciência cidadã, a partir da qual os estudantes possam se posicionar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Em Moçambique, a elaboração e revisão dos currículos educacionais têm sido orientadas por essa perspectiva humanista e transformadora. O Currículo Nacional para o Ensino Geral (2017) e o Plano Quinquenal de Educação (2020–2024) incorporam explicitamente temas transversais como os direitos humanos, a igualdade de gênero, a justiça social, a proteção ambiental e a valorização da cultura local. Estes documentos propõem uma formação integral que abrange não apenas as competências cognitivas, mas também as dimensões ética, estética, afetiva e sociopolítica do desenvolvimento humano.

No entanto, a incorporação desses valores no cotidiano escolar depende de múltiplos fatores interdependentes. Como argumenta Apple (2003), o currículo não é um elemento neutro; ele está inserido em disputas políticas e sociais, refletindo interesses, ideologias e relações de poder. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, como é o caso de Moçambique, os desafios para a implementação de um currículo emancipador tornam-se ainda mais complexos.

Outro aspecto relevante é o papel do professor como mediador desse processo. A formação docente, tanto inicial quanto contínua, deve capacitá-lo para trabalhar com temáticas sensíveis e desafiadoras, de forma crítica e contextualizada. Conforme Giroux (1997), o educador precisa ser um “intelectual transformador”, capaz de problematizar a realidade e incentivar seus alunos a fazerem o mesmo. No entanto, em muitos casos, os docentes moçambicanos não recebem formação adequada para trabalhar com os valores propostos nas diretrizes curriculares, o que limita a efetividade dessas políticas no chão da escola.

Além da formação, a implementação curricular também requer condições materiais mínimas — como infraestrutura adequada, acesso a recursos pedagógicos e apoio institucional — e o envolvimento da comunidade escolar. A educação baseada em valores pressupõe a construção de um ambiente escolar democrático, dialógico e participativo, em que todos os atores — alunos, professores, pais e gestores — se sintam corresponsáveis pelo processo educativo.

Portanto, a fundamentação teórica deste artigo está ancorada na pedagogia crítica, nas teorias do currículo e nas políticas públicas educacionais, compreendendo a educação como um fenômeno multifacetado e profundamente enraizado nas condições sociais, políticas e econômicas do país.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, voltada para a compreensão dos fenômenos educacionais em sua complexidade e contexto. A escolha por essa metodologia justifica-se pela natureza do objeto de estudo — os valores e conteúdos das diretrizes curriculares — que requerem uma análise interpretativa e crítica das políticas e práticas educacionais.

A pesquisa baseia-se em duas principais fontes de dados:

- 1. Análise documental:** foram examinados documentos oficiais do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), com destaque para o *Curriculum Nacional para o Ensino Geral* (2017), o *Plano Estratégico da Educação* e o *Plano Quinquenal de Educação 2020–2024*. Esses documentos foram analisados à luz das teorias críticas da educação e das diretrizes internacionais sobre educação para o desenvolvimento sustentável e direitos humanos.
- 2. Revisão bibliográfica:** foi realizada uma leitura crítica de literatura científica recente sobre educação em Moçambique, considerando estudos nacionais e internacionais que abordam temas como currículo, formação de professores, inclusão educacional, valores cívicos e desigualdades estruturais. Autores como Freire (1996), Giroux (1997), Apple (2003), Mucavele (2020), Cossa (2021) e Santos (2020) fundamentaram as análises e reflexões desenvolvidas no artigo.

A análise dos dados seguiu um enfoque crítico e interpretativo, procurando estabelecer conexões entre os valores propostos pelas diretrizes curriculares e os desafios concretos observados na realidade educacional moçambicana. A triangulação das fontes buscou assegurar maior validade às interpretações e fomentar uma compreensão abrangente e contextualizada do problema estudado.

Este procedimento metodológico permitiu identificar não apenas os obstáculos à implementação curricular, mas também as estratégias e boas práticas que vêm sendo desenvolvidas em diferentes regiões do país para promover uma educação mais humanizadora, inclusiva e transformadora.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos documentos curriculares moçambicanos revela uma forte intencionalidade em promover uma educação baseada em valores éticos, sociais e culturais, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entretanto, a efetiva implementação dessas diretrizes enfrenta entraves que podem ser agrupados em quatro grandes dimensões: estruturais, pedagógicas, socioculturais e institucionais.

Desafios Estruturais e Regionais

As disparidades regionais e a precariedade da infraestrutura escolar ainda são realidades marcantes em Moçambique. Em zonas rurais e periféricas, muitas escolas carecem de elementos básicos como salas de aula seguras, carteiras, acesso à água potável, saneamento, bibliotecas ou laboratórios. Essa realidade compromete não só a aprendizagem acadêmica, mas também inviabiliza a prática de valores essenciais, como a equidade e a dignidade humana no ambiente escolar (Cossa, 2021).

Além disso, a distância entre comunidades e instituições escolares dificulta a frequência regular dos alunos, especialmente das raparigas, que enfrentam barreiras adicionais como responsabilidades domésticas, casamentos precoces e gravidezes adolescentes. Essas questões colocam em xeque o princípio da igualdade de gênero, frequentemente enunciado, mas raramente garantido na prática cotidiana das escolas.

Formação e Capacitação de Professores

A formação docente representa um dos pilares centrais da educação baseada em valores. No entanto, os cursos de formação inicial em Moçambique frequentemente priorizam conteúdos técnicos e disciplinares, negligenciando a dimensão ética e crítica da prática pedagógica. Muitos docentes ingressam no sistema sem preparo suficiente para abordar temas como diversidade cultural, igualdade de gênero, ética e cidadania, resultando em abordagens superficiais ou até mesmo em resistência a esses conteúdos (Mucavele, 2020).

A formação contínua, embora prevista nas políticas públicas, ainda é escassa e, quando ocorre, muitas vezes não é contextualizada às realidades locais. Isso fragiliza a capacidade dos professores de mediar discussões complexas com sensibilidade e competência, prejudicando a vivência de valores transformadores no ambiente escolar.

Resistências Culturais e Barreiras Sociais

O contexto cultural moçambicano é plural, com diferentes visões de mundo, tradições e normas sociais que, em muitos casos, entram em conflito com os valores promovidos pelas diretrizes curriculares. Tópicos como igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, ou o combate à discriminação racial e étnica enfrentam forte resistência em determinadas comunidades, especialmente em zonas rurais mais conservadoras.

Em algumas escolas, professores evitam tratar desses temas, por receio de confrontar normas culturais profundamente enraizadas, o que enfraquece a função social da escola como espaço de promoção de justiça social. A omissão ou banalização de tais valores no processo educativo contribui para a sua desvalorização por parte dos estudantes, que passam a vê-los como irrelevantes ou distantes de suas realidades.

Iniciativas Comunitárias e Boas Práticas

Apesar das limitações, há experiências positivas em Moçambique que apontam caminhos possíveis para a integração eficaz dos valores no currículo. Parcerias entre escolas, ONGs, associações comunitárias e agências internacionais têm promovido ações inovadoras, como clubes escolares de direitos humanos, programas de educação para meninas, projetos de educação ambiental e rodas de diálogo sobre justiça social.

Essas iniciativas demonstram que, quando a escola atua em articulação com a comunidade, os valores educacionais deixam de ser apenas conteúdos abstratos e passam a ser vivenciados de forma prática. A participação ativa dos pais, líderes comunitários e estudantes fortalece o sentimento de pertencimento e o compromisso com a transformação social (Santos, 2020).

Integração Curricular de Temas Transversais

O currículo moçambicano de 2017 propõe a transversalização de temas como cidadania, direitos humanos, equidade de gênero, paz e sustentabilidade ambiental em todas as disciplinas e etapas do ensino. Essa abordagem é coerente com as recomendações internacionais da UNESCO e da Agenda 2030, que destacam a educação para o desenvolvimento sustentável como componente estratégico da formação de cidadãos globais.

No entanto, a transversalidade curricular requer metodologias ativas e interdisciplinares, que ainda não são amplamente adotadas nas escolas moçambicanas. A predominância de práticas pedagógicas tradicionais, centradas na memorização e na autoridade do professor, dificulta o desenvolvimento de competências críticas, colaborativas e reflexivas, fundamentais para o trabalho com valores.

CONCLUSÃO

A análise dos valores e conteúdos previstos no currículo educacional de Moçambique evidencia um compromisso político e pedagógico com a formação integral do cidadão, alinhado a princípios de justiça social, equidade e desenvolvimento sustentável. No entanto, a distância entre os ideais estabelecidos nos documentos oficiais e a realidade enfrentada pelas escolas revela uma série de desafios que ainda precisam ser superados.

As dificuldades estruturais, como a precariedade das escolas, a escassez de recursos e as desigualdades regionais, aliadas à falta de formação docente adequada e às resistências culturais, comprometem a efetividade da implementação curricular. Esses fatores contribuem para a fragmentação e superficialidade com que os valores educacionais são tratados no cotidiano escolar, limitando seu impacto na formação dos alunos.

Contudo, as experiências de sucesso identificadas em projetos comunitários e em parcerias com organizações da sociedade civil demonstram que é possível avançar, desde que haja vontade política, compromisso institucional e envolvimento coletivo. Para isso, é necessário:

- Reforçar a formação contínua e contextualizada dos professores, com ênfase nos valores e temas transversais;
- Aproximar a escola da comunidade, promovendo uma gestão participativa e sensível à diversidade sociocultural;
- Garantir recursos pedagógicos adequados e infraestrutura básica, especialmente em zonas desfavorecidas;
- Estimular práticas pedagógicas inovadoras, centradas no aluno, voltadas para a reflexão crítica e a ação transformadora.

REFERÊNCIAS

- Apple, M. (2003). *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cossa, A. (2021). Desigualdades no sistema educacional moçambicano: um olhar sobre as disparidades rurais e urbanas. *Revista de Educação e Sociedade*, 27(1), 43-56.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Giroux, H. (1997). *Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Matanhy, A. (2019). A qualidade da educação em Moçambique: desafios e propostas de soluções. *Revista Moçambicana de Educação*, 15(2), 22-35.
- MINEDH (Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano). (2020). *Plano Quinquenal de Educação 2020–2024*.
- Mucavele, A. (2020). A formação docente em Moçambique: desafios e perspectivas. *Educação e Desenvolvimento*, 18(3), 58-72.
- Santos, L. (2020). A participação comunitária na educação em Moçambique: estratégias para uma escola mais inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Internacional*, 35(1), 18-30